

POLÍTICA

politica@grupotarde.com.br

**ULTRA-DIREITA Brasil autoriza
extradição de espanhol condenado**

www.atarde.com.br/politica

BOLSONARO Sugestão foi feita pelo presidente da República, que não informou se manteve contato com governadores

Redução de ICMS contra a alta do petróleo

EMILLY BEHNKE

Estadão Conteúdo, São Paulo

Uma alta mais acentuada no preço do petróleo poderia ser compensada no mercado doméstico por reduções na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sugeriu o presidente Jair Bolsonaro. Em decorrência da elevação das tensões entre os Estados Unidos e o Irã, o petróleo Brent subiu 3,55% e o barril fechou o dia cotado a US\$ 68,60.

A medida poderia ser adotada para minimizar o impacto do aumento do petróleo no bolso da população e, ao mesmo tempo, não interferir na política da Petrobras de reajustar o preço do combustível conforme as oscilações do petróleo no mercado internacional.

Bolsonaro discutiu a questão com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, e com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. "Tivemos nossa conversa e temos uma estratégia de como proceder o desenrolar dos fatos. A coisa que mais preocupa é uma possível alta do petróleo, de 5% no momento. Conversei com o presidente da Petrobras também. A exemplo do que aconteceu na Arábia Saudita, o ataque de drones, em poucos dias voltou a normalidade. A gente espera que aconteça agora tam-

"Não dá para uns governadores cederem um pouco nisso também?"

JAIR BOLSONARO, presidente

Medida seria adotada para reduzir o impacto do aumento do petróleo para a população e para Petrobras

bém", disse.

Segundo o presidente, se o petróleo continuar a subir nos próximos dias, "uma providência" pode ser tomada. Ele frisou, no entanto, que a ideia é não interferir, e sugeriu que os governadores reduzissem as alíquotas de ICMS incidentes sobre os combustíveis caso esse cenário se confirme.

"Com toda certeza, eu conversei com o almirante Bento (ministro de Minas e Ener-



Isac Nóbrega / PR

Bolsonaro falou com o ministro Augusto Heleno e com o presidente da Petrobras

gia), com o presidente da Petrobras e o Paulo Guedes (ministro da Economia) e nós temos uma linha de não interferir. Acompanhar e buscar soluções. A gente apela para governadores. Vamos supor que aumente 20% o preço do petróleo, vai aumentar em 20% o preço do ICMS. Não dá para uns governadores cederem um pouco nisso também? Porque todo mundo perde. Quando você mexe em com-

bustível, toda a nossa economia é afetada", declarou.

Crise

"A Petrobras está se recuperando do que sofreu nos últimos anos, em especial no governo do PT. Quase quebraram uma estatal. Seria a primeira estatal petrolífera a quebrar no mundo, pelo que tenho conhecimento. E está se recuperando", declarou o presidente.

O presidente descartou a

possibilidade de o governo emitir um posicionamento sobre o ataque militar norte-americano. "Eu não tenho o poderio bélico que o americano tem para opinar nesse momento. Se tivesse, opinaria", disse. O presidente disse ainda que está em contato com autoridades americanas, mas não entrou em detalhes. "Lógico que eu conversei. Não vou dizer, é reservada a conversa, e somos aliados em muitas ques-

tões", afirmou Bolsonaro.

O presidente disse ainda que sua viagem para Davos e para a Índia estão confirmadas, mas que a repercussão da morte do general iraniano Qassim Suleimani pode afetar a agenda de chefes de Estado para Davos, nessa questão. Há uma ameaça do Irã de retaliações e estamos aguardando. Por enquanto, está mantida", disse.

Petrobras

Bolsonaro, porém, não informou se já fez contato com governadores aliados. As entidades representativas de caminhoneiros já se manifestaram, declarando que não aceitarão elevação do preço do óleo diesel.

A Petrobras informou em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, em função dos últimos acontecimentos no Oriente Médio, segue com o processo de monitoramento do mercado mundial.

A companhia ressalta que, de acordo com suas práticas de precificação vigentes, não há periodicidade pré-definida para a aplicação de reajustes. "A empresa seguirá acompanhando o mercado e decidirá oportunamente sobre os próximos ajustes nos preços".

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/01/2020	Caderno: Economia



BOLSONARO SUGERE COMPENSAR ALTA DO PETRÓLEO COM REDUÇÃO DE ICMS



5 Janeiro, 2020

O presidente Jair Bolsonaro sugeriu que uma eventual alta mais acentuada no preço do petróleo poderia ser compensada no mercado doméstico por reduções na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ontem (3), em decorrência das tensões entre Estados Unidos e Irã, o petróleo Brent subiu 3,55% e o barril fechou o dia cotado a US\$ 68,60. Para o presidente, a medida poderia ser adotada como forma de minimizar o impacto do aumento do petróleo no bolso da população e, ao mesmo tempo, não interferir na política da Petrobras de reajustar o preço do combustível conforme as oscilações do petróleo no mercado internacional.

Segundo Bolsonaro, se o petróleo continuar a subir nos próximos dias, “uma providência” pode ser tomada. Ele frisou, no entanto, que a ideia é não interferir, e sugeriu que os governadores reduzissem as alíquotas de ICMS incidentes sobre os combustíveis caso esse cenário se confirme. “Com toda certeza, eu conversei com o almirante Bento (ministro de Minas e Energia), com o presidente da Petrobras e o Paulo Guedes (ministro da Economia) e nós temos uma linha de não interferir. Acompanhar e buscar soluções. A gente apela para governadores. Vamos supor que aumente 20% o preço do petróleo, vai aumentar em 20% o preço do ICMS. Não dá para uns governadores cederem um pouco nisso também? Porque todo mundo perde. Quando você mexe em combustível, toda a nossa economia é afetada”, declarou.

Foto : Wilson Dias/Agência Brasil



REAJUSTE Analista não recomenda que aumentos no preço do petróleo deixem de ser repassados

Crise internacional elevará preço de combustíveis em curto prazo

Marcelo Camargo/Agência Brasil/ 01.06.2017

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

Em curto prazo, o novo episódio de conflito no Oriente Médio, provocado pelo assassinato do general Qassem Soleimani, da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, na quinta-feira, 2, em Bagdá (Irã), após ataque aéreo dos Estados Unidos, vai provocar aumento do preço do petróleo, como previu o presidente Jair Bolsonaro e volatilidade no mercado financeiro, mas esse quadro não deverá se estender, disseram especialistas à Agência Brasil.

De acordo com o professor de Relações Internacionais da PUC-SP, Reginaldo Mattar Nasser, livre docente com tese sobre a geopolítica norte-americana no Oriente Médio, o Irã não vai revidar. "Eles não vão entrar em guerra. Não fazem também porque a assimetria militar é muito grande. O Irã não tem condição de entrar em guerra nem com Israel, muito menos com os Estados Unidos".

"Eles não agem de forma intempestiva como se constrói aqui no ocidente. Agem de forma muito prudente, muito pensada, em médio e longo prazo. É improvável que ajam em um ataque aéreo ou em bateria militar. Nunca fizeram e não é agora que vão fazer. O Irã vai ser ainda mais precavido e não vai haver contra-ataque", assinala.

Em sua opinião, a iniciativa dos EUA vai gerar coesão interna entre os grupos políticos do Irã, e vai aumentar a influência do país na região, como ocorreu em outros momentos beligerantes na região. "Nos anos de guerra no Afeganistão e no Iraque, o Irã aumentou a influência política, militar e



Não se sabe quando ocorrerá ajuste nas refinarias e bombas de diesel e gasolina

econômica na região. Ele cresceu à medida que seus vizinhos enfraqueceram, inclusive por causa das intervenções norte-americanas", descreve Nasser.

O professor chama atenção que o general iraniano assassinado pelos americanos era considerado

"low-profile" e "não era terrorista". Conforme o acadêmico, Qassem Soleimani defendia as estratégias do Irã de combater o Estado Islâmico e o Taleban.

Estoque garantido

Reginaldo Nasser afirma que o aumento de tensão na região não afeta a segurança do território norte-americano, a única exceção na história dos EUA foi o atentado de 11 de setembro de 2001.

Se em termos militares os Estados Unidos mantêm segurança, por causa da distância do território e da superioridade bélica em relação a outros países, em termos econômicos o episódio contra o Irã também terá poucas consequências.

Quem acrescenta essa avaliação é de Jorge Camargo, ex-presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e hoje vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

"Os Estados Unidos tornaram-se autossuficientes e exportadores de petróleo e gás. Em dez anos, os norte-americanos aumentaram a produção de petróleo em 10 milhões de barris [por dia], o que é equivalente a uma Arábia Saudita", contabiliza Camargo. Segundo ele, essa capacidade de produção de petróleo, especialmente a partir do xisto, "serve como colchão".

O mercado mundial de petróleo "está abastecido", descreve Camargo, a ponto de a

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) recentemente ter decidido retirar 2 milhões de barris de petróleo por dia de circulação e os preços do petróleo terem oscilado por pouco após o ataque de drones na principal refinaria da Arábia Saudita em setembro passado, "aquilo praticamente não mexeu no preço do petróleo."

Conforme o especialista, o Brasil também "não corre risco de desabastecimento". O país, no entanto, sofrerá impacto com o aumento já previsto do preço do combustível. Ele não sabe quando ocorrerão os ajustes nas refinarias e, consequentemente, nas bombas de diesel e de gasolina.

Jorge Camargo não recomenda que haja subsídio e que eventuais aumentos do preço de petróleo deixem de ser repassados. "O país está em transição para mercado mais aberto de petróleo. A Petrobras está desinvestindo em refinaria para acabar com o monopólio do refino. É fundamental para quem quer investir tenha convicção de que não vai haver intervenção", recomenda.

De acordo com o economista Silvío Campos Neto, da Tendências Consultoria, "os mercados ainda estão avaliando pontuais desdobramentos [da nova crise no Oriente Médio]. Há muita incerteza." O seu palpite é que "pode se pensar em uma certa acomodação, mesmo que em um grau de nervosismo mais alto ou com agravamento dessas tensões."

"Nos próximos dias, o mercado vai conseguir precificar melhor o grau de risco desse fato novo. Por ora, está estacando o otimismo recente, gerando correção no preço dos ativos", afirma o economista.

TÍTULO TEXTO NON ONO TÍTULO TEXTO

Para especialista, o Brasil não corre risco de desabastecimento, mas, sofrerá impacto com o aumento já previsto do preço do combustível.

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia
Data: 06/01/2020	Página: B3

A reforma da previdência trará aumento de contribuições para quem tem salários e proven



Direito previdenciário
Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA
lucianomartinez.ba@gmail.com
@lucianomartinezio

A Reforma da Previdência trouxe algum aumento das contribuições previdenciárias?

Resposta: Sim, infelizmente. O custeio, lamentavelmente, não trouxe notícias nada boas para os brasileiros que

têm remunerações mais elevadas. Um aumento da sua contribuição previdenciária ocorrerá a partir de 01/03/2020. Entretanto, os que estão nas faixas remuneratórias mais baixas terão uma discreta diminuição na alíquota de contribuição para a Previdência Social. Note-se que foram instituídas alíquotas progressivas tanto no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (vide §1º do art. 149 da CF) quanto no Regime Geral da Previdência Social - RGPS (veja texto do art. 195, II, da CF). Essas alíquotas progressivas, por característica, serão gradualmente aumentadas

na medida em que sejam maiores os salários de contribuição do segurado, incidindo cada alíquota sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites, ou seja, observada uma sistemática igual a já aplicada em relação ao imposto de renda, sobre cada fragmento de remuneração incidirá uma alíquota diferente até que se alcance o valor total. Assim, se alguém, por exemplo, ganha R\$ 2.000,00, pagará, a partir de 1º de março de 2020, 7,5% sobre até o valor de R\$ 1.039,00 (novo valor do salário mínimo) e, na faixa seguinte, 9% sobre a diferença que se estende de

R\$ 1.039,00 até R\$2.000,00. É bom dizer que a Reforma abriu a possibilidade de instituição no regime próprio de previdência social federal (e somente nele, por enquanto) das chamadas contribuições extraordinárias.

Aposentados e pensionistas do RPPS federal serão primeiros a apagar o incêndio

Isso mesmo, contribuições extraordinárias, além daquelas ordinariamente aplicadas. Quando houver déficit atuarial no regime próprio de previdência social, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas – que normalmente somente contribuem a partir do montante correspondente ao teto previdenciário – poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário mínimo. Ou seja, os aposentados e pensionistas do RPPS federal serão os primeiros a tentar apagar o incêndio de eventual déficit. Eles passarão a

CRÉDITO Foram beneficiados setores econômicos do Nordeste, MG e ES

BNB fecha 2019 com R\$ 41,2 bilhões em aplicações

DA REDAÇÃO

O Banco do Nordeste fechou 2019 com R\$ 41,2 bilhões em financiamentos de longo e curto prazos em toda a sua área de atuação, beneficiando setores econômicos dos estados do Nordeste, além de norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Os resultados incluem R\$ 29,5 bilhões aplicados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), perfazendo mais de 565 mil operações de crédito realizadas ao longo do ano com essa fonte. Do volume investido, foram contratados ainda R\$ 10,6 bilhões por meio do programa de microcrédito produtivo e orientado do Banco do Nordeste, o Crediamigo.

A maior parte aplicada com o Fundo (56%) foi destinada a empreendimentos localizados em zonas de Semiárido. Foram R\$ 16,4 bilhões que estimularam a dinâmica econômica de localidades menos favorecidas. O FNE é a principal fonte de recursos utilizada pelo BNB desde a criação dos fundos constitucionais federais, em 1988. Sua aplicação volta-se à redução da pobreza e das desigualdades interregio-

nais e intrarregionais.

Para o segmento de micro e pequenas empresas, o Banco do Nordeste destinou R\$ 3,6 bilhões. Ao todo, foram contratadas 56 mil operações de crédito, o que representou crescimento de 24,6% em relação a 2018.

O volume de crédito aplicado no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) superou a marca de R\$ 3 bilhões, contabilizando cerca de 515 mil operações contratadas no período. A maior parte do montante é relativa a negócios realizados por meio do programa de microcrédito rural do Banco, o Agroamigo, com o qual o BNB atingiu R\$ 2,5 bilhões.

“Os resultados operacionais apresentados reforçam a importância do Banco do Nordeste como agente promotor do desenvolvimento regional em sua área de atuação. Os recursos aplicados, especialmente por meio do FNE, contribuem cada vez mais para o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas nordestinas”, afirmou o presidente do BNB, Romildo Carneiro Rolim.

A contribuição do BNB à dinâmica econômica regio-



Ana Vanessa Teixeira / Divulgação

Para o segmento de micro e pequenas empresas, banco destinou R\$ 3,6 bilhões

nal também inclui financiamento a projetos de grande porte do setor de infraestrutura. Em 2019, o banco aplicou R\$ 11 bilhões com recursos do FNE, possibilitando a implantação de projetos, principalmente, no segmento de energia renovável.

Em 2019, o Banco do Nordeste também empenhou esforços para regularização de crédito com campanhas de renegociação de dívidas.

Como resultado, concluiu o ano com mais de 349 mil operações regularizadas por meio da lei n.º 13.340/2016, totalizando R\$ 15,6 bilhões em dívidas renegociadas.

Microcrédito

Especificamente em relação ao programa de microcrédito produtivo e orientado do Banco do Nordeste, o Crediamigo, foram realizadas mais de 4,5 milhões de ope-

rações, o que representa média superior a 18 mil contratações por dia.

Ao longo de 2019, foram mais de R\$ 10,6 bilhões investidos em microempreendimentos formais e informais, crescimento de 18% em relação a 2018. O crédito beneficiou cerca de 2 milhões de empreendedores dos segmentos de indústria, comércio e serviços em zonas urbanas de toda a área

Somente no estado da Bahia, foram aplicados R\$ 8,7 bilhões em recursos

de atuação do BNB.

Criado em 1998, o Crediamigo possibilita financiamentos de R\$ 100 a R\$ 21 mil a seus clientes. Pioneira no país, a iniciativa tornou-se referência internacional no setor de microfinanças, consolidando-se como o maior programa de microcrédito produtivo e orientado urbano da América do Sul, acumulando mais de 6,2 milhões de microempreendedores atendidos.

Aplicações na Bahia

Na Bahia, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 8,7 bilhões ao todo, perfazendo cerca de 738,8 mil contratações, das quais 588 mil foram realizadas pelo Crediamigo.

Somente por meio do FNE, foram R\$ 7 bilhões no estado nordestino.

No âmbito do Pronaf, o volume contratado atingiu R\$ 656 milhões, dos quais R\$ 561,9 milhões foram aplicados pelo programa de microcrédito rural, Agroamigo. Já as MPes baianas foram beneficiadas com R\$ 737 milhões em volume de crédito. Pelo programa de microcrédito urbano, o Crediamigo, o BNB destinou cerca de R\$ 1,5 bilhão para microempreendedores do estado.

FOLHA DE S.PAULO

O desafio da ponderação

Hoje é muito difícil ser um político de centro no Brasil

Eduardo Leite

Governador do Rio Grande do Sul (PSDB) e ex-prefeito de Pelotas (2013-16)

Os estados brasileiros vivem desafios que não são apenas de natureza administrativa. Recentemente, o processo de debate e votação das propostas de um amplo conjunto de medidas de ajuste fiscal no Rio Grande do Sul, a Reforma RS, confirmou uma face da política que merece reflexão: como o agente público consegue oferecer respostas racionais de gestão em meio a tanta tensão ideológica?

Desde o início da apreciação da Reforma RS, o nosso governo se colocou à disposição de um diálogo franco em relação às medidas que estavam sendo propostas para a superação da aguda crise fiscal do estado, reorganizando carreiras e aplicando regras previdenciárias já a provadas em âmbito nacional. Obviamente, não se pretendia a adesão automática, mas também não se imaginava que prevaleceriam tantas posições extremadas.

A ponderação nem sempre prevaleceu, apesar do êxito da negociação final que levou à aprovação de novas alíquotas previdenciárias que tornam o sistema mais sustentável e justo. A verdade é que é muito difícil propor iniciativas conciliatórias e ser um político de centro, atualmente, não só no Rio Grande do Sul como no Brasil.

A incompreensão vem de todos os lados, precipitada por uma ânsia maniqueísta de querer simplificar e catalogar comportamentos, muitas vezes na velocidade empobrecedora das redes sociais.

Tanta pressa gera reações esquizofrênicas. Vejam bem: em busca do equilíbrio fiscal, estamos reduzindo o custo da máquina fazendo a reforma do estado, e recebemos o ataque dos sindicatos: "Cobrem os sonegadores!". E nós estamos cobrando. Entre as medidas que adotamos, os números demonstram que, em 2019, mais do que dobramos as operações de fiscalização em relação a 2018. Aperta-se o cerco contra sonegadores de ICMS, e movimentos como o MBL reagem: "Tem é que reduzir o peso da máquina, empresário não é bandido!" E nós estamos reformando o setor público, justamente para, com a redução do custo do governo, poder reduzir impostos e tornar o ambiente de negócios mais amigável ao investimento.

Acredito que a melhor forma de conter a histeria, nesse contexto, é a convicção. A sociedade cobra dos seus políticos a entrega dos melhores resultados para o todo. Por isso a política, em uma democracia, é instrumento de moderação, exercendo a função mediadora para que

seja alcançado o interesse público, sem desprezar o barulho de grupos menores, mas sabendo ouvir e interpretar o silêncio da maioria.

O sentido de resultado coletivo, focado no amparo, no incentivo e na oferta de serviços à maioria, está por trás do argumento político que usamos, inclusive, para sustentar o nosso projeto de redesenho da despesa pública com o funcionalismo, a Reforma RS: não é contra ninguém, é a favor de todos, justamente como preconiza a verdadeira democracia.

A posição que entendo ser esperada de um ocupante de cargo do Executivo é a de propor uma agenda de transformação. O governo não é o prefeito, o governador ou presidente de um lado do balcão e, do outro, a sociedade. Não vivemos em um regime autoritário. O governante apenas propõe a agenda e, como é próprio da democracia, precisa ter habilidade e serenidade para assumir as interferências da sociedade na pauta pretendida.

Desde o início, nosso governo posicionou-se com energia para superar ideias fixas — e isso não significa ausência de convicção, mas respeito e "permeabilidade" às posições divergentes. Apresentamos um caminho de construção coletiva, seguindo o propósito do consenso estratégico, que expressa uma síntese da sociedade gaúcha.

Os governantes brasileiros têm pela frente uma tarefa que também é de temperamento: precisamos, todos, de equilíbrio e moderação, para contornar os ataques fáceis da simplificação. Nosso governo no Rio Grande do Sul busca apresentar-se dessa maneira, perseguindo o ideal de evitar opções excludentes, apostando em escolhas inclusivas.

Tribuna

Ataque de Trump ao Irã vai impactar no preço do combustível, afirma Bolsonaro

MATEUS VARGAS
ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani, em ação militar dos EUA, vai impactar no preço do combustível no Brasil. "Que vai impactar, vai", previu. Bolsonaro disse que a gasolina já está alta e, se seguir subindo, "complica". "Vamos ver nosso limite", declarou. O presidente disse que é preciso mostrar à população brasileira que ele não pode "tabelar (o preço de) nada". "Já fizemos essa política no passado, de tabelamento, não deu certo. A questão do combustível, nós te-

mos de quebrar o monopólio", afirmou.

"Distribuição é o que ainda mais pesa no combustível, depois de ICMS que é imposto estadual. Não é meu. Vamos supor que aumente o combustível. Os governadores vão vibrar", disse. O presidente disse que se encontrará com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, para avaliar a ação militar dos EUA. E que só depois irá se posicionar sobre a morte do general iraniano.

Bolsonaro disse também que tentou telefonar mais cedo para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para tratar

do impacto sobre o preço dos combustíveis, mas não foi atendido. "Quero ter informações dele", afirmou. As declarações de Bolsonaro foram feitas em frente ao Palácio da Alvorada.

Livros didáticos - Bolsonaro disse que a partir de 2021 os livros didáticos distribuídos às escolas terão a bandeira do Brasil na capa, hino nacional e um estilo mais "suave", pois, para ele, há "muita coisa escrita" nas publicações atuais. "Os livros hoje em dia, como regra, é um montão, um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo", afirmou Bolsonaro pela manhã em frente ao

Palácio da Alvorada.

O presidente ainda repetiu críticas à educação brasileira e ao educador Paulo Freire, tido como um dos principais pensadores da história da pedagogia mundial. "Tenho de buscar meios para tirar 12 milhões, 13 milhões do desemprego no Brasil. Diminuir a pobreza. Consertar esse sistema educacional lixo que está aí, baseado em Paulo Freire", disse o presidente, sendo aplaudido por seus apoiadores. Bolsonaro afirmou defender "ensino que vá ser útil" e sem "essa historinha de ideologia de gênero".

"Os idiotas achando que vão definir o sexo (da crian-



O PRESIDENTE
Jair Bolsonaro disse que o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani, em ação militar dos EUA, vai impactar no preço do combustível no Brasil

ça) até os 12 anos. Tem livros que vamos ser obrigados a distribuir esse ano ainda, levando-se em conta a sua feitura em anos anteriores. Tem que seguir a lei.

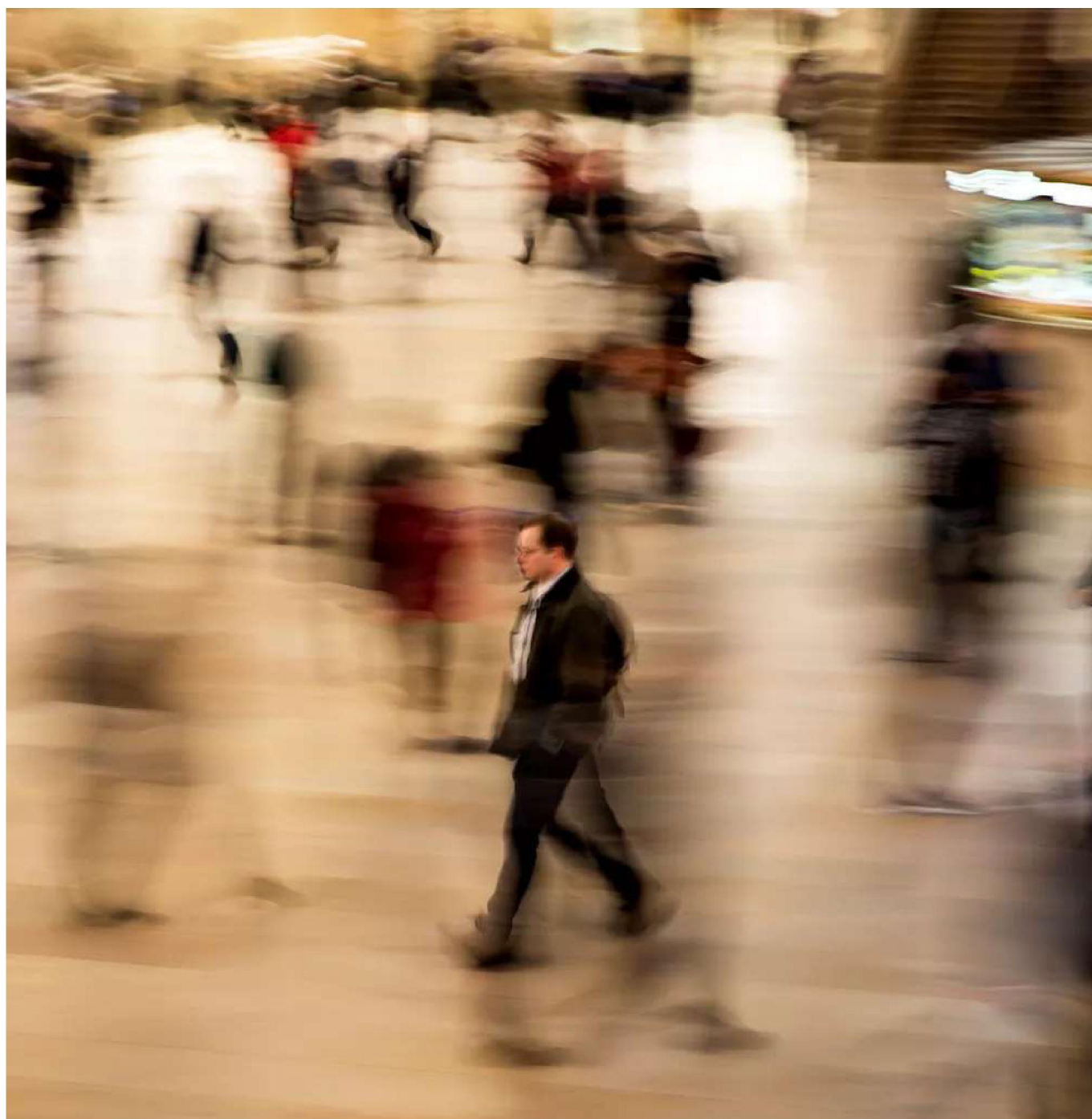
Em 2021, todos os livros serão nossos. Feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa, vai ter lá o hino nacional", declarou.

Revisitando o megaleilão

Os altos bônus estipulados mostraram insensibilidade ou desconhecimento para o que ocorre no mundo, na frente energética

Por **Haroldo Lima**

06/01/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Michael Nagle/Bloomberg

Setores acham que o regime de partilha da produção, vigente no pré-sal brasileiro, prejudicou o leilão do excedente da cessão onerosa, de 6 de novembro passado. Querem aboli-lo. Seria um erro.

No megaleilão, o governo pretendia arrecadar R\$ 106,5 bilhões, conseguiu R\$ 69,96 bilhões; contava com parte significativa de dinheiro vindo do exterior, de onde menos de 10% virão; esperava uma corrida aos campos ofertados, só duas empresas concorreram, afora a Petrobras, e só dois campos foram arrematados.

PUBLICIDADE

inRead invented by Teads

Altos bônus estipulados mostram insensibilidade ou desconhecimento para o que ocorre no mundo, na frente energética

O ministro Paulo Guedes disse que “tivemos dificuldade para, no final, vender de nós para nós mesmos”. (O Globo 17/11/2019). Segundo a Bloomberg, “desastre total é a melhor maneira de descrever a rodada desta manhã”. E nessa linha opinaram outros grandes periódicos estrangeiros.

A apreciação desastrosa acima não tem a ver com a dinâmica do leilão, no que tem grande expertise a ANP. Tem a ver com injunções externas.

Diferentemente das licitações sob regime de concessão, nas licitações sob regime de partilha, o esforço principal não é para se aumentar o bônus, mas a parte da União na partilha, que será paga pelas três décadas do contrato. Se o bônus for muito elevado, essa parte será diminuída, com prejuízo para a União,

No leilão de Libra, de 21 de outubro de 2013, o bônus estabelecido, R\$ 15 bilhões, foi grande, mas não extravagante. O esforço principal foi por assegurar uma boa participação da União no excedente em óleo, a parte da produção afora os custos ressarcidos. Estabeleceu-se 45,65% que, somados às parcelas do Imposto

de Renda (25%) e da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (9%), totalizavam cerca de 75%, que é o percentual da produção que fica para a União, em países que tiram bom proveito da produção do petróleo.

No mega leilão, a preocupação do governo federal foi a de resolver problemas de seus déficits fiscais e os bônus foram exageradamente elevados.

Em Búzios, estabeleceu-se um bônus de R\$ 68 bilhões, mais de quatro vezes e meia o bônus de Libra, que já fora grande. Em compensação, enquanto em Libra, o percentual mínimo da União no excedente em óleo foi de 41,65%, em Búzios foi de 23%! Em Itapu - o outro bloco arrematado - foi de 18%.

Essas injunções externas deformaram o regime de partilha no megaleilão. Ele foi programado para viabilizar dinheiro a curto prazo, para resolver problemas fiscais. O megaleilão foi um leilão do Paulo Guedes.

Os altos bônus estipulados mostraram, por outro lado, insensibilidade ou desconhecimento para o que está ocorrendo no mundo, na frente energética.

A Bloomberg, há pouco, vaticinou a particularidade do momento, dizendo que, no ambiente energético mundial, “não vivemos uma época de mudanças, mas a mudança de uma época”. O horizonte de prevaecimento do combustível fóssil no planeta ficou pequeno, fala-se em 25/30 anos. Grandes investimentos nessa área estão sendo sopesados com a maior cautela.

Mas nunca um desastre ocorre por uma causa só.

A Petrobras tinha que ser ressarcida de investimentos já feitos na área da cessão. Só que não havia acordo sobre o montante dessas compensações. Resolveu-se deixar a solução do problema para depois. Quem arrematasse um campo, teria que se comprometer em compensar a Petrobras com um dinheiro que não sabia quanto era. Alguns analistas acreditam que esta foi a razão principal que afugentou as empresas.

Havia ainda a necessidade de acordos de coparticipação entre empresas, posto que apareciam áreas comuns entre elas, e acordos de individualização da produção, no futuro.

O Governo tinha, ademais, necessidade do bônus antes do fim de 2019, mas o contrato só seria assinado nos primeiros meses de 2020. Veio à baila a ideia de pagamento adiantado, ou em duas parcelas, de tal maneira que algum dinheiro entrasse imediatamente, para ajudar na solução dos déficits fiscais. Eram mais anormalidades.

Setores têm dito que a condição de operadora preferencial da Petrobras no certame também foi fator negativo no evento. Na verdade, nas árduas condições em que se dão as atividades petrolíferas no pré-sal, grandes petroleiras, às vezes, preferem ter a Petrobras como operadora, pelo menos por enquanto. Ademais, a única regalia que tem a Petrobras no pré-sal brasileiro, por ser brasileira, por ter descoberto o pré-sal e ser paraestatal brasileira é a preferência na escolha do bloco que quer operar.

Dita prerrogativa decorre de decisões tomadas em uma época em que o sentimento nacional estava em alta nas esferas oficiais. Hoje, ele está em baixa, mas não deve sucumbir, nem tampouco desaparecer a condição de operadora preferencial da Petrobras.

Contudo, a Petrobras usou o seu direito de preferência para, de certa forma, burlar o interesse nacional de ampliar a exploração do pré-sal brasileiro.

Para a 6ª Rodada sob regime de partilha, realizada no dia 7, a paraestatal indicara preferência para operar três blocos e só participou da licitação de um deles. Isto pode ter contribuído para que nessa rodada só um bloco tenha recebido ofertas, Aram.

Aprendendo com a experiência, faz-se necessário a regulação avançar no estabelecimento de mecanismos que coíbam procedimentos deste tipo no futuro.

Ao invés de se pretender acabar com o regime de partilha no pré-sal brasileiro, esforço deveria ser feito para aperfeiçoá-lo. A partilha não produz seus efeitos, por exemplo, se não houver uma fiscalização eficiente dos custos que serão ressarcidos. Sem fiscalização, esses custos podem subir bastante, diminuindo o excedente, do qual a parte da União é extraída. O fortalecimento da estatal criada para esse fim, a PPSA, é vital. E é estranho que não se vê falar muito nesse assunto.

Sem a partilha, a supervisão e controle pela União, eventualmente necessários em área tão prolífera, deixariam de existir. Os melhores frutos da produção não mais viriam para a União e as multinacionais seriam as mais beneficiadas. Isto, se ultrapassássemos outro problema sério, o da insegurança jurídica, o da instabilidade regulatória.

Haroldo Lima é engenheiro, e ex-diretor-geral da ANP

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador
COOLAIR

LINK PATROCINADO

50 carros que vão durar mais de 400.000 Km; o seu está na lista?
TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

Qual é a melhor Small Cap para 2020?
LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Os 30 Brasileiros mais ricos do mundo
SENHOR FINANÇAS